

PRÁTICAS ESCOLARES EM REVISTA: O ESCOTISMO

Ana Clara Bortoleto Nery / FCLAraras/SP

Este trabalho¹ pretende reconstruir as várias feições que a prática do escotismo assume no período (1920-1931) a partir dos artigos dos mensários *Revista Escolar* e *Educação*, ambos de caráter oficial. Dentre as práticas escolares descritas pelos periódicos educacionais paulistas, nas décadas de 20 e 30, sobressai-se o escotismo. Implantado a partir da reforma de 1920 nas escolas primárias do Estado de São Paulo sofre várias alterações de princípios e métodos conforme as orientações impressas pelas gestões da instrução pública. A prática ora é apresentada como atividade de nacionalização, ora como militarização. Os instrutores são em determinados momentos professores civis e em outros militares.

O primeiro núcleo escoteiro do Brasil foi organizado, segundo Jorge Nagle², no Rio de Janeiro, em 1910. O Brasil teria sido um dos primeiros países a se interessar pelo movimento escoteiro e seus fundamentos foram trazidos por Mario Sérgio Cardim, aluno de Baden Powell. A primeira vez em que se adotou o escotismo em uma escola pública foi em 1916, no Distrito Federal, e as atividades eram ministradas por um Capitão do Exército. É, contudo, do Estado de São Paulo que se tem notícias da primeira tentativa de se instituir nas escolas públicas o escotismo, ministrado não por militares, mas por inspetores de ensino. O movimento escoteiro foi iniciado nas escolas em 1917, ocasião em que se abriu um curso para diretores e inspetores de grupos escolares e difundiu-se amplamente o “Manual do Escoteiro”, de Baden Powell. Nesse mesmo ano, Oscar Thompson havia assumido a Diretoria Geral da Instrução Pública de São Paulo. O *Anuário do Ensino* de 1917 mostra que eram os inspetores que, através de palestra e conferências, faziam a propaganda das linhas de tiro e da Liga de Defesa Nacional. O Diretor Geral relata ainda o início da difusão do movimento escoteiro nas escolas públicas.

O escotismo no Brasil possuía um estreito relacionamento com as atividades da Liga de Defesa Nacional (LDN), fundada em 7 de setembro de 1916 por Olavo Bilac, Pedro Lessa e Miguel Calmon. Outras entidades com parecidos propósitos surgiram no período, caso da Liga Nacionalista de São Paulo da qual Sampaio Doria foi um membro. O escotismo foi oficializado nas escolas públicas paulistas com a Reforma de 20. O regulamento da reforma previa que o escotismo fosse adotado nas escolas públicas, juntamente com as linhas de tiro; todos os alunos das escolas eram aspirantes a escoteiro; o encargo de administrar as atividades era dos professores de ginástica das escolas normais e complementares.

O artigo 470 do regulamento da reforma denota a possibilidade de se ter militarizado a atividade escoteira, o que era um mal, segundo Doria, pois, o escotismo não tinha a função de promover a militarização. Os Anuários do Ensino trazem diversas notícias sobre as atividades escoteiras nas escolas paulistas. O de 1923 é o que mais dá ênfase a essa atividade no meio escolar. Guilherme Kuhlmann explica:

O escotismo implantou-se de vez nas escolas paulistas e seus frutos têm sido magníficos. Mas fizemos um escotismo nosso, de acordo com o nosso meio, adaptado às nossas condições de vida. Ligamo-lo às tradições da nossa história, dando a cada comissão regional o nome de um bandeirante. Teve assim o Governo de S. Paulo o intuito louvável e muito patriótico de reviver as glórias do nosso passado.(...)

Ainda há pouco, a sete de setembro, teve a Capital ocasião de contemplar cheia de entusiasmo, o desfile de seis mil escoteiros escolares de S. Paulo, espetáculo que provocou calorosos aplausos da população e simpáticos comentários da imprensa.³

Estas linhas nos mostram que ocorreu o que Kuhlmann chamou de uma adaptação do escotismo às condições paulistas, porém não esclarece quais modificações foram promovidas. No Anuário de 1923 cada Delegado Regional faz o relatório de sua área onde quase todos citam as atividades escoteiras. O Delegado substituto da 1ª região, prof. Eusébio de Paula Marcondes, elogia a oficialização do escotismo utilizando-se das palavras de alguns inspetores escolares:

Não é preciso encarecer, diz o inspetor Tolosa, o valor educativo do escotismo e de sua aplicação às escolas públicas. Basta lembrar que seus fins principais visam o desenvolvimento do espírito de iniciativa, da coragem, da decisão, da disciplina moral e do civismo em todas as suas manifestações sociais entre os alunos, de modo a prepará-los eficientemente para a vida, de acordo com os altos interesses nacionais.⁴

Transparece um grande entusiasmo nos relatos dos delegados sobre as atividades escoteiras. Não há dúvidas de que o escotismo tivesse provocado um novo ânimo nos alunos das escolas públicas, para comprová-lo basta termos em mente que havia, em 1923, por volta de 100.000 escoteiros escolares. Um outro relatório, este da 3ª região, comenta as ações e posições da Diretoria Geral da Instrução em relação ao escotismo nas escolas do Estado:

O Decreto 3.531, de 22 de novembro de 1922, reintegrou o professor em seu verdadeiro lugar, dando-lhe a direção do escotismo, sociedade em que a ele pertence e que a ela estava sendo usurpada. A Diretoria Geral fez o resto. Expediu instruções recomendando que o “escotismo fosse organizado de acordo com os nossos costumes, hábitos e tradições, e não viesse transplantado para as nossas plagas, com a mesma rigidez e os mesmos fins britânicos, porque na ambiência dos nossos costumes as regras de importação não medram e estiolam. O escotismo, que fosse entregue ao professorado e os escoteiros escolares de São Paulo - os guardas sagrados da nossa tradição que não se apagará da história - o bandeirismo - grandeza de nosso passado e fermento eterno do nosso progresso - teriam como patrono o nome de um bandeirante mais ou menos ligado à localidade, sede do seu agrupamento.⁵

Novamente aparece a questão da adaptação do escotismo à realidade paulista. Dessa vez ligada ao bandeirismo, movimento que no, século XVII, desbravou o interior brasileiro povoando cada lugar por onde passavam as expedições. Nesse mesmo relatório há uma proposta de se fazer um “escotismo regional”, uma vez que a realidade de cada canto do Brasil é diferenciada, defendia-se a idéia de que em cada lugar fosse realizado um tipo específico de escotismo. O escotismo tinha por finalidade nacionalizar a grande massa de estrangeiros que habitavam o Estado de São Paulo. Em um outro relatório do Delegado Regional encontramos a idéia de um “escotismo escolar obrigatório”. Ora, se o regulamento da Lei 1.750 dizia que era uma deliberação espontânea do aluno inscrever-se na atividade e precisava haver um consentimento escrito, dos pais, então não havia obrigatoriedade. Mas, parece que em algumas localidades, interpretou-se de forma distorcida o referido regulamento. O relatório do Delegado da 15ª Região nos fornece dados a respeito do tipo de atividade desenvolvida pelos escoteiros:

Exercícios variados e excursões diversas se fizeram com toda regularidade. As aulas para o preparo do futuro homem e cidadão, ou foram dadas na própria escola, aproveitando-se para isso o tempo consagrado à introdução cívica e moral, ou extra horário escolar, por professores entusiastas do escotismo.⁶

Consideremos, se havia atividade escoteira durante o período normal das aulas, muito provavelmente todos os alunos participavam, uma vez que tais atividades eram utilizadas como um recurso para o ensino de moral e civismo. O escotismo possuía uma federação denominada Associação Brasileira de Escoteiros (ABE) cuja sede ficava em São Paulo. No biênio 1921-1923 a presidência da entidade era exercida por José Carlos de Macedo Soares, eram membros da diretoria Oscar Thompson, Djalma Forjaz entre outros; ainda faziam parte da Comissão Técnica os professores Guilherme Kuhlmann (Diretor Geral da Instrução Pública) e Sampaio Doria.

Com a Reforma do Ensino de 1925, o “escotismo” não aparece mais como item previsto na legislação. Renato Jardim em resposta ao Inquérito realizado por Fernando de Azevedo, em 1926, diz que com a nova lei houve a “extinção do escotismo”⁷, o que considerava um desacerto. Contudo, é na *Revista Escolar*, veículo de comunicação da Diretoria Geral da Instrução com os professores, que verificamos o maior número de informações sobre o escotismo escolar. Por isso, apesar de na Reforma de 25 não haver o tema “escotismo” este ainda era uma atividade prevista nas escolas públicas primárias de São Paulo. O periódico nos dá noções de como era a prática do escotismo nas escolas, entre 1925 e 1927. O tema aparece em 22 artigos na *Revista Escolar*, e também há várias músicas cantadas por escoteiros além de algumas fotos. Os princípios ainda eram os mesmos do período anterior. Por intermédio das várias

fotografias que aparecem na revista, observa-se que a prática nas escolas seguia os mesmos padrões do escotismo da Associação Brasileira dos Escoteiros (ABE). Participavam somente os alunos do sexo masculino, que faziam acampamentos diversos e vestiam os uniformes oficializados em 1923. Apesar de ser uma atividade reservada ao sexo masculino, no *Anuário do Ensino* de 1917 consta que, naquela época, já se pensava na organização da Associação Brasileira das Escoteiras cuja iniciativa estava nas mãos de Maria Guedes Penteadó, auxiliada por Miss Crampton. No primeiro número da *Revista Escolar* aparece um artigo sobre o escotismo, fazendo apologia do “duo corpo/mente” e chegando à conclusão de que “o escotismo é a verdadeira escola que prepara o cidadão de amanhã - o corpo varonil, a alma generosa, a inteligência lúcida - para bem servir ao seu país.”⁸

No segundo número do mensário há um artigo dizendo que o escotismo praticado nas escolas não estaria tendo “o caráter eminentemente educativo” que deveria ter. Defende a idéia da formação de comissões regionais de escoteiros que, embora independentes, estariam sujeitas a uma diretoria central cujos membros seriam “altos elementos da Instrução Pública”. Destaca-se que essa diretoria deveria apresentar mensalmente um relatório completo de todas as atividades do escotismo à ABE, passando o escotismo escolar a ser totalmente dependente desta e sendo os instrutores soldados da Força Pública. Esta passagem indica o descontentamento de algumas pessoas com o fato do escotismo praticado nas escolas estar a cargo de civis e ser independente da ABE. O autor deste artigo, que assina com as iniciais J.V., apresenta o seguinte argumento:

Acham alguns nociva a ação da A.B.E. sobre o escotismo escolar, pelo simples fato de o ensino do escotismo ser confiado a soldados, que julgam *um elemento mau*. Não é justo este modo de pensar. Durante a nossa passagem despercebida pelo magistério público, tivemos o ensejo de conviver com diversos soldados da nossa Força Pública, instrutores de escotismo, e só notamos neles uma grande falha, que poderá ser sanada com estudos especiais: - a falta de método para transmitir às crianças os seus conhecimentos militares e de cultura física. Não lhes faltaram nunca delicadeza, paciência e moralidade. Ministremos aos soldados instrutores noções práticas de metodologia e pedagogia, e teremos neles valiosíssimos auxiliares do escotismo.⁹

A impressão transmitida é a de que não havia um regulamento sobre a prática do escotismo nas escolas públicas. Ora parece ser uma atividade orientada por professores, ora por soldados. No *Anuário do Ensino* de 1917 há uma circular da Secretaria Geral da ABE na qual se percebe a tentativa de uniformizar o escoteirismo através de circulares. Ao que parece, o escotismo escolar teria, nessa fase, a coordenação geral a cargo de um tenente-coronel, mas os instrutores seriam professores ou pessoas da comunidade simpatizantes do escotismo, todavia o artigo acima referido fala de soldados instrutores. Dados encontrados em alguns artigos nos dão a notícia de que o escotismo era atividade obrigatória nas escolas como um complemento ao ensino de moral e civismo. Esta distorção da própria legislação, como vimos anteriormente, já vinha ocorrendo. Continuando a campanha a favor da militarização do escotismo, ou seja, de colocar soldados para orientar as atividades, na revista número 21, de setembro de 1926, há um artigo contendo instruções sobre formas de marchar. Na introdução vem a seguinte observação:

Continuamos a publicar, para uniformidade do ensino, baseando-nos nas instruções do Estado-Maior do Exército, que é a única instituição militar legal no país, as instruções sobre os exercícios e movimentos de infantaria, que os escoteiros devem conhecer, indispensáveis para lhes dar hábitos varonis e de ordem, e aparência estética ao conjunto.¹⁰

Este artigo termina com algumas instruções sobre a maneira como deveriam ser as formaturas dos escoteiros. É, no mínimo, intrigante o fato da defesa da militarização do escotismo escolar ser feita por intermédio de uma revista que era um órgão da Diretoria Geral da Instrução Pública. Entretanto, possivelmente haveria, por parte de algum grupo ligado ao ensino público, a prática da resistência. Precisamos considerar ainda que Augusto Ribeiro de Carvalho, um dos redatores da *Revista Escolar* e também professor de educação física, era um dos grandes defensores da prática do escotismo nas escolas. No último número da *Revista Escolar* há um artigo que discute, pela primeira vez, o escotismo feminino, dando-nos a idéia de que era uma prática que já vinha sendo desenvolvida, mas que, no entanto, era pouco aceita pelas meninas. Aponta a finalidade deste considerando que

seria ele uma das condições primeiras no preparo e adestramento da mulher para a missão social que lhe é imposta. A mulher, como o homem, precisa ter a sua consciência bem formada, bem definidas as suas atribuições, pela cultura da inteligência, pela formação do caráter, pelo vigor do corpo e decisão da vontade.¹¹

Chamada de “bandeirante”, a escoteira era treinada para ser a perfeita “dona de casa”. Deveria aprender a fazer todo o serviço do lar, pois assim ela casaria mais cedo que as demais e, conseqüentemente, seria mais feliz. O artigo faz toda uma descrição da esposa ideal, cuja formação escoteira seria essencial. Nessa fase em que a Diretoria Geral era administrada por Pedro Voss vemos que o escotismo escolar toma a feição de uma atividade de cunho militar. Era uma atividade obrigatória, apesar de não haver nenhuma legislação que assim o considerasse. A militarização da atividade escoteira já vinha ocorrendo desde o período em que Guilherme Kuhlmann era o Diretor Geral da Instrução, sem haver consenso.

Na I Conferência Nacional de Educação, realizada em 1927, foram apresentadas algumas teses sobre o escotismo. Não se tratava naquela ocasião do caso específico de São Paulo, mas na realidade brasileira. A dissertação de mestrado de Susana Ferreira¹², cujo tema é a I Conferência Nacional de Educação, há uma parte dedicada ao tema “escotismo”. Naquele evento o escotismo pertencia ao grupo temático “A Unidade Nacional” pois, segundo os autores dos trabalhos nele apresentados, o movimento estaria incluído na reforma geral dos métodos de ensino da época e teria o propósito de nacionalizar o povo brasileiro. O ponto comum às teses é que seus defensores faziam questão de assinalar respeito às características do escotismo,

negando que ele fosse uma organização de federações escolares, de grupos de ginástica ou uma instituição escolar. O escoteirismo era colocado como complemento às instituições escolares e teria por finalidade estabelecer o equilíbrio na educação da mocidade, aliando-se à instrução propriamente dita, ministrada na escola.¹³

Os autores afirmavam ainda que o escotismo não era uma organização militar e, para isso, lembravam a frase de Baden Powell que dizia para “desconfiar de um grupo escoteiro que marcha na perfeição”. Outro fator destacado é que um dos princípios do escotismo é a voluntariedade. Dessa forma, a obrigatoriedade “fere o escotismo na sua raiz”, denotando a falta de compreensão da instituição. O ensino profissional também é abordado por um dos autores segundo o qual, nenhuma indústria se recusaria a receber um grupo de escoteiros, a fim de que estes pudessem aprender a operar alguns instrumentos do processo industrial através da observação, sabendo da “finalidade patriótica que os anima”. Tais trabalhos mostram como o escotismo praticado nas escolas paulistas estava totalmente distorcido de sua finalidade. Tornava-se imperioso modificar tal situação, pois, da forma como estava sendo não se poderia afirmar que era “escotismo”.

A revista *Educação* publica um artigo, na seção “Através das revistas e jornais”, cujo título é “A significação verdadeira de escotismo escolar”. De autoria de Luís Palmeira, o artigo é ensejado pelas medidas de regularização da atividade escoteira nas escolas municipais de São Paulo. Ataca, de início todo discurso que prega a orientação da prática a militares. Mostra que “o escotismo tem sido um alvo preferente dessa militarização. O desvirtuamento dos intuítos da obra erguida por Baden Powell é patente e perigoso”¹⁴. Defende a continuação do escotismo escolar, mostrando seus benefícios ao afirmar que:

Do ponto de vista pedagógico o escotismo tem largas afirmações, pelas diretrizes de seu sistema, que compreende: esportismo completo ao ar livre, exercícios de observação, resolução e iniciativa, inclinada a prática do *self-governement* e do *self-support*. É escola em ação. O programa, sem a menor influência teórica, é o que há de mais prático- é útil por excelência. Ao “scout” é dado os elementos principais de higiene e profilaxia; (...).Noções de história natural, geografia, astronomia, física, química, topografia, ainda lhe são fornecidas para o seu enriquecimento intelectual. Para torná-lo numa criatura completa, junta-se a esse acervo de conhecimentos, a aprendizagem de ofícios, como o de carpinteiro, ferreiro, eletricitista, etc. Como se vê, é integral o ensino escótico.¹⁵ (...)

Nessa mesma revista há outros artigos sobre escotismo, mas nenhum deles nos fornece a idéia de como era a prática do escotismo nas escolas públicas paulistas. O *Relatório* de Amadeu Mendes dos anos de 1927-1928 aborda

muito pouco o escotismo. Numa seção destinada à Educação Física e Escotismo, diz apenas que o governo deu nova diretriz. Não esclarece, no entanto, quais foram as modificações e qual o alcance delas. Mais adiante diz que o número de escoteiros nas escolas públicas de São Paulo, em 1928, chega a 15.700, “número esse que tende a aumentar graças ao interesse que essa instituição vem despertando em toda a parte e graças às medidas tomadas, pelas quais fica o escotismo integrado nos programas das nossas escolas primárias”¹⁶. Parece-nos, pelo acima exposto, que a obrigatoriedade fica oficializada a partir de então, uma vez que a atividade escoteira passa a integrar o quadro das disciplinas da escola primária. No último número da revista **Educação** foi publicada, na seção Informações, uma circular do Diretor Geral aos Inspetores Distritais. Informa Amadeu Mendes:

Com o intuito de uniformizar e melhorar a orientação e o treino do escotismo em nosso Estado, esta Diretoria Geral está empenhada em favorecer o aperfeiçoamento de um grupo de técnicos, que se encarregará, em breve tempo, desse serviço. É por isso de toda a conveniência que, em vosso distrito, sejam suspensos os trabalhos que por ventura venham sendo feitos nesse sentido. E, para balanço do material de escotismo peço que me envieis uma lista do existente sob vossa fiscalização.¹⁷

A circular foi datada do dia 23 de julho de 1930, mas a situação posterior indica que a idéia não foi concretizada, uma vez que meses depois, em outubro, a Revolução dissolveria as modificações feitas anteriormente. No período pós-Revolução, com Lourenço Filho na Diretoria Geral do Ensino, não há notícias sobre o escotismo escolar. A documentação utilizada por este estudo não nos permitiu obter dados sobre o tema ora abordado. Contudo, através de pesquisa realizada por nós, é possível saber, por exemplo, que somente em 1936 o escotismo é instituído nas escolas primárias, secundárias, profissionais e normais do Brasil. Em 1938, com o escotismo escolar sob responsabilidade da Diretoria Geral do Ensino, é formada uma comissão, com a finalidade de elaborar um programa destinado à formação de novos instrutores escoteiros. Faziam parte desta comissão os professores Afonso Sette, Noemy Silveira Rudolfer, Joaquim Freire, Horácio Quaglio e Herson de Faria Doria, os quais elaboraram um Curso de Especialização em Escotismo.

A análise deste tema nos leva à conclusão de que, apesar de todas as administrações, excetuando-se a de Lourenço Filho, terem afirmado a importância do escotismo como atividade complementar na educação dos jovens, a sua prática toma nuances diferenciadas conforme as modificações nos cargos públicos. Assim, o escotismo instituído na Reforma Sampaio Doria, sofre algumas mudanças com a posse de Guilherme Kuhlmann, com leve tendência à militarização. Com Pedro Voss na Diretoria Geral da Instrução Pública, a militarização do escotismo se evidencia, descaracterizando a prática conforme foi concebida em suas raízes. Já no período de Amadeu Mendes há uma ligeira tentativa de voltar às raízes do movimento, tomando a prática como uma complementação das atividades desenvolvidas na escola. Assim, o escotismo era tido como uma forma de desenvolver habilidades, que contribuíssem para o desenvolvimento integral do educando. A militarização, que não era aceita por Baden Powell, tornava o escotismo um fim em si mesmo e não um meio, desvirtuando o que preconizavam seus idealizadores. A intenção de desmilitarizar a atividade escoteira, durante a administração de Amadeu Mendes, não se concretizou, mantendo-se com as mesmas características da época de Pedro Voss.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. São Paulo: EPU, 1976.
- DIRETORIA Geral da Instrução Pública. **Anuário do Ensino**, 1923.
- AZEVEDO, F. **A Educação na Encruzilhada**. São Paulo: Melhoramentos, 2.ed., 1957, p.63.
- FERREIRA, Susana C. **A I Conferência Brasileira de Educação**. São Carlos, 1988. Dissertação (Mestrado) - Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos.
- EDUCAÇÃO. Diretoria Geral da Instrução Pública e Sociedade de Educação de São Paulo. São Paulo, 1927-1930.

ANPUH – XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – João Pessoa, 2003.

REVISTA ESCOLAR. Diretoria Geral da Instrução Pública de São Paulo. São Paulo: Typografia do Estado, 1925-1927.

NERY, Ana C. B. **A Sociedade de Educação de São Paulo**: embates no campo educacional (1923-1931). 1999. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.

RELATÓRIO apresentado ao Exmo Sr. Dr. Fábio de Sá Barreto, Secretário do Interior, pelo Diretor Geral da Instrução Pública, Amadeu Mendes. Diretoria Geral da Instrução Pública, v.18, 1927-1928.

¹ Este trabalho é parte da tese de Doutorado intitulada *A Sociedade de Educação de São Paulo: embates no campo educacional (1922-1931)*. Os conflitos no campo educacional paulista envolvendo membros da Sociedade de Educação de São Paulo são pontos de partida para a análise de periódicos da área publicados no período.

² NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. São Paulo: EPU, 1976.

³ DIRETORIA Geral da Instrução Pública. **Anuário do Ensino**, 1923, p.29-30.

⁴ Idem, p.302.

⁵ A EXECUÇÃO da Reforma. **Anuário do Ensino**, 1923, p.93.

⁶ Idem, p.111.

⁷ AZEVEDO, F. **A Educação na Encruzilhada**. São Paulo: Melhoramentos, 2.ed.. 1957, p.63.

⁸ P.S. O valor do escotismo. **Revista Escolar**, n.1, jan/25, p.44.

⁹ J.V. O escotismo nas escolas. **Revista Escolar**, n.2, fev/25, p.87-8.

¹⁰ ESCOTISMO. **Revista Escolar**, n.21, set/26, p.69.

¹¹ ESCOTISMO. **Revista Escolar**, n.33, set/27, p.68

¹² FERREIRA, Susana C. **A I Conferência Brasileira de Educação**. São Carlos, 1988. Dissertação (Mestrado) - Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos.

¹³ Idem, p.128.

¹⁴ ATRAVÉS de Revistas e Jornais. **Educação**, v.3, n.3, jun/28,p.348.

¹⁵ Idem, p.349.

¹⁶ DIRETORIA Geral da Instrução Pública. **Relatório**. 1927-1928, p.108.

¹⁷ INFORMAÇÕES. **Educação**,v.12, n.3, set/30, p.445.